



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E TRÊS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (PÓRTICO).

Às 09:15 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 21/08/2019, reuniram-se os conselheiros titulares e suplentes cujas assinaturas constam da folha de presença em anexo, na data e local acima indicados, para discutir as seguintes pautas do dia: **1) Proposta de repasse de royalties para o FMMA:** debate sobre o tema, eventual ajuste e por fim a votação pela aprovação ou não da proposta feita pelo Secretário de Fazenda. Caso aprovada, será gerado um documento deste acordo, sob a orientação do MPE. **2) Proposta de elaboração de Resolução do CMMA para ratificar as leis que regem as construções em topo de morro no município.** Em caso de aprovação, será composta uma CT que elaborará o documento; **3) Novas eleições - procedimentos a serem adotados.** **4) Assuntos Gerais.** Tendo sido verificado quórum, iniciou-se às 09:15hs, com a presença de dez conselheiros, titulares ou suplentes, conforme estipula o Art. 18 do Regimento Interno do CMMA. O Presidente Rodolpho Perissé deu início à reunião, com a conselheira Angelita Ferreira da Silva secretariando. A reunião foi iniciada com o presidente colocando a questão dos repasses dos royalties e dando a palavra ao Secretário da Fazenda Leonardo Machado Rodrigues para que este apresentasse a proposta a ser discutida e votada. Leonardo assume a fala e expõe a atual situação do município, alegando que Búzios é dependente dos repasses federais e estaduais, e não tem uma receita própria que faça frente a todas as despesas do município, sendo problemas de gestão e decisões equivocadas alguns dos fatores que explicam essa situação. Deu exemplo da inadimplência com relação ao pagamento de IPTU, onde 2/3 dos proprietários de imóveis da cidade não pagam. Continuou colocando o panorama da atual situação e disse que está sendo feito um estudo para mudar o quadro de arrecadação do município, afirmando que com o esforço de mudança na gestão e as alterações no código tributário, ele acredita que no próximo ano o município terá um aumento na arrecadação dos recursos próprios. Por essa razão, foi elaborada uma proposta de iniciar o repasse dos royalties de maneira escalonada. Levando em consideração que as medidas compensatórias estão sendo depositadas diretamente no FMMA, sendo esta mais uma fonte de recurso para o CMMA. Leonardo então colocou a proposta que seria iniciar as transferências do repasse de 2,5% do valor dos royalties para o FMMA, nos seis primeiros meses, após esse período, seriam transferidos 3,5% do valor dos royalties por mais seis meses e após esse período, seria feita uma revisão para de repente chegar ao repasse integral de 5% do valor dos royalties para o FMMA. Sendo este um tempo adequado para o município melhorar a arrecadação própria e para alguns projetos também surgirem dentro da secretaria, pois essas despesas ainda não existem segundo ele. Fernando Savino, atual secretário municipal do meio ambiente se coloca para dizer que já foi feita a criação dos elementos de despesa onde os recursos serão distribuídos, e que será feita a criação de uma conta específica para o recebimento dos royalties com o mesmo CNPJ da atual conta do FMMA. Leonardo retoma a fala e diz que atualmente o município tem um repasse de royalties entre 6 e 7 milhões de reais mensais, dando um valor de mais 300 mil reais por mês que seriam repassados para o FMMA. Falou também dos passivos que não foram depositados e que entrariam junto com o repasse dos



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2,5%, caso seja aprovado o acordo. O presidente Rodolpho questiona sobre a possibilidade de ter um projeto que vá consumir mais do que o CMMA está recebendo de repasse, e pergunta se a prefeitura estaria de acordo em repassar o valor integral do projeto. Os conselheiros Hector e Denise se manifestam dizendo que seria inviável e Fernando Savino complementa dizendo que poderiam ser usados os recursos de duas fontes distintas, no caso da conta dos royalties e da conta das medidas compensatórias para executar um mesmo projeto. E colocou também a importância de se ter um Conselho Gestor para gerir os recursos e realizar os projetos. A conselheira Denise pergunta a Leonardo se o repasse do passivo dos royalties será pago com juros e correção monetária, Leonardo responde falando sobre a necessidade de se fazer primeiramente o levantamento dos passivos. Dr. Vinicius Lameira representante do MPRJ, se manifesta dizendo que deve ser discutido o termo inicial dos repasses e sugere que seja feito o repasse a partir da criação da conta do FMMA. Acrescenta ainda que é possível, através do Ministério Público, fazer um termo de ajuste de conduta (TAC) envolvendo a Prefeitura e o CMMA como interveniente, prevendo o repasse escalonado. Sendo preciso, para tal, uma proposta formal da Secretaria. Leonardo se compromete a fazer o levantamento do passivo desde a criação da conta do FMMA, em 2016, e trazer uma proposta de pagamento. Hamber assume a fala, reafirmando que o município vive de repasse, tendo um orçamento frágil e que não existem condições de pagar o passivo dos royalties. Afirma ainda que é importante a aproximação da prefeitura e do CMMA no sentido de definir as obras de infraestrutura que cabem ao meio ambiente, dando definição real à destinação dos royalties. Denise propõe ao Secretário da Fazenda, Leonardo, que já que serão pagos os atrasados junto com os 2,5 dos royalties dando aproximadamente o valor dos 5%, deveriam permanecer os 5% e negociar o pagamento dos atrasados. Leonardo reafirma a situação da dependência do município com relação aos royalties e Denise volta a falar que o CMMA também tem projetos para realizar, dando exemplo do projeto de revitalização da lagoa de Geribá que está pronto. Hector assume a fala concordando com a proposta de redução e negociação do passivo, colocando também a preocupação de como será realizada, diante da instabilidade do governo. E quanto ao arrecadamento do município em relação ao IPTU, sugeriu que fosse socializada a dívida de todos para chegar num valor justo para todos. Finalizou dizendo que concorda com a proposta e espera que na próxima reunião seja apresentada uma proposta de negociação para o que está se devendo. O representante do MPRJ, Vinicius Lameira, complementa o assunto sobre a instabilidade do governo, afirmando que é preciso ter um instrumento jurídico vinculante e independente da alteração de governo, como um termo de ajustamento de conduta. E se compromete ao receber a proposta formalizada da prefeitura, fazer a minuta de TAC. O conselheiro Eduardo Rodrigues, da Secretaria de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia, se manifesta com preocupação sobre a proposta, devido ao histórico da prefeitura sobre os repasses não realizados. Segundo Eduardo, o repasse não é de maneira nenhuma um prejuízo para o município e sim um investimento. E com relação ao meio ambiente, garante que existem necessidades drásticas e emergenciais que precisam ser sanadas e que abrir mão de qualquer melhoria para o meio ambiente é inviável. Hamber pede para falar sobre a questão da segurança do pagamento, que se dá por dois aspectos, o termo de ajustamento de conduta e diz que o CMMA não está abrindo



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

mão desse recurso que posteriormente será pago pela prefeitura, caso contrário poderá ser acionado o MP e o outro aspecto seria a atitude de ativista social. O conselheiro Romero Oliveira se manifesta para falar dos projetos que existem e os que serão feitos com os recursos dos royalties, esclarecendo que já foi criada a estrutura própria para a realização dos mesmos, faltando para isso o recurso em si. Concorde com a proposta em questão, porém acrescenta que ao final do período de 1 ano deve ser repassado o valor integral dos 5 % sem a necessidade de rediscutir e que isso seja firmado no TAC. Rodolpho coloca em questão a possibilidade de a prefeitura realizar obras de drenagem ou outras que tenham vínculo com o meio ambiente, e usar isso como medida de amortização dos passivos, sendo uma sugestão acolhida pela maioria dos conselheiros, e que acabou se transformando na segunda proposta a ser votada. Após ampla discussão sobre a proposta apresentada pelo secretário municipal da Fazenda, Leonardo Machado Rodrigues deu-se início à votação para aceitação ou não da proposta pelo CMMA, com o presidente Rodolpho apresentando formalmente a proposta de que a prefeitura iniciará o repasse dos royalties a partir de setembro de 2019, e durante seis meses, repassará o valor correspondente a 2,5% do valor dos royalties, a partir de seis meses, serão depositados 3,5% por mais seis meses, e a partir de setembro de 2020 fará o repasse integral de 5,0%. Estes valores serão depositados em conta específica para isso, com o mesmo CNPJ da conta do FMMA já existente. Feita a apresentação e verificado o quórum necessário, com 8 conselheiros titulares presentes, iniciou-se a votação, onde seis entidades se manifestaram a favor da proposta, a saber: Secretaria da Fazenda, Secretaria do Meio Ambiente e Pesca, Associação dos Hotéis de Búzios (AHB), Associação de Moradores e Caseiros da Ferradura (AMOCA), Associação de Moradores de Geribá (AMAGERIBÁ) e Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa (ARQBAF) e duas entidades foram contra, sendo elas a Associação dos Servidores Públicos Municipais (SERVBUZIOS) e a Associação Observação Búzios. Tendo sido aprovada pela maioria, foi aceita a proposta. Houve uma segunda votação para aprovar a proposta de amortização dos passivos dos royalties, que foi apresentada pelo presidente Rodolpho que propõe que o valor das despesas relativas a toda obra nova que venha a ser executada pela Prefeitura a partir de setembro de 2019, e que seja vinculada à área de meio ambiente, poderá ser usado pelo governo para abater do passivo relativo aos royalties que não foram repassados ao FMMA, desde a criação do FMMA em 2016, até agosto de 2019. Esta proposta foi aprovada pela maioria das entidades (7) que se manifestaram a favor. O presidente Rodolpho declarou que as duas propostas foram aprovadas e que será feito o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da proposta junto ao MP. Terminado o primeiro item da pauta, Fernando Savino solicita que o segundo item da pauta, ou seja: a **Proposta de elaboração de uma Resolução do CMMA para ratificar as leis que regem as construções em topo de morro no município**, seja tratado em reunião extraordinária, devido à sua importância e à falta de tempo, dado o adiantado da hora, pois a prioridade seria discutir o item seguinte, qual seja: **Novas eleições - procedimentos a serem adotados**. Tendo a solicitação sido aprovada por todos, o presidente passou ao item seguinte e explicou que é preciso haver uma convocação por parte do Secretário Municipal do Meio Ambiente, através de um Edital publicado no BO, convocando as entidades que queiram se candidatar, e informando a documentação necessária para se habilitar, e



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

também estabelecendo o prazo de entrega. Recebidas as candidaturas, estas serão analisadas por uma comissão eleitoral do CMMA, que apontará as entidades que estão aptas a participar, e dará um prazo para que as que não estiverem possam se adequar. Completada essa etapa, faz-se novo Edital convocando para a eleição. A conselheira Denise Morand se candidatou a ser membro da comissão eleitoral, juntamente com Rodolpho Perissé, Romero Oliveira e Syllas Pereira Cabral do PROGEM. Formada a comissão eleitoral foi dada encerrada a reunião às 11:00 hs, da qual foi lavrada presente ata por Angelita Ferreira da Silva e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.



Rodolpho Duarte Perissé Moreira
Presidente



Angelita Ferreira da Silva
Secretária Executiva

